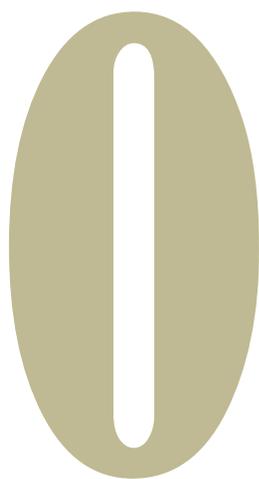


Os dois lados do muro (um pouco de geografia, de história e conjuntura atual)



Muro de Berlim teve significado amplo, designou dois mundos, dois lados. A grande questão é interpretar sua queda, há vinte anos. Há muitas in-

terrogações. Foram retirados todos os escombros? O que se construiu no lugar: um só mundo, em que antigos rivais se engajariam em parceria, em grande negociação? Ou dois outros mundos, nós



**PAULO-EDGAR
ALMEIDA RESENDE**

é professor de Pós-graduação em Ciências Sociais e coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional e do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP.

e eles, o Ocidente e o não Ocidente; norte e sul, desenvolvidos e subdesenvolvidos?

No caso específico da Europa centro-oriental, foco principal do presente texto, o que resultou do reatamento da ligação com a Europa ocidental? No atual processo de alargamento, para onde estão indo os países da Europa central e oriental (Peco: Polônia, República Tcheca, Eslováquia, Lituânia, Letônia, Estônia, Hungria, Bulgária, Romênia)? São simples coadjuvantes ou cartas fundamentais da geopolítica europeia, segundo a tese “bélica” do geógrafo e adido britânico na Ucrânia, em 1919, Harold Mackinder (1919)? Sua geopolítica, ramo da geografia que dominou o pensamento estratégico na primeira metade do século XX, incitou reivindicações territoriais sobre a região: quem dominar a Europa oriental governa o *heartland* (território russo); quem dominar o *heartland* governa a ilha do mundo (Europa, Ásia e África); quem dominar a ilha do mundo governa o mundo. Ao se deslizar a geografia política do conhecimento de territórios para a geopolítica, dá-se vezo à máquina de guerra de impérios se sobrepondo no mesmo espaço, transcontinentalizando-o e, ao mesmo tempo, murando-o em determinada zona. Na exuberância da elucubração geopolítica, o autor não encontrou lugar para os Estados Unidos na ilha do mundo, exatamente a grande potência que dividiria, na segunda metade do século XX, sua esfera de influência em contraposição à da União Soviética.



Nos tempos da Guerra Fria, Milan Kundera (s.d.) fez menção à região, geograficamente no centro, culturalmente no Ocidente e politicamente a leste, na expectativa de que viesse a conciliação da geografia, da cultura e da política. Há um imbróglie cartográfico no rastreamento do que vem a ser o Leste Europeu. A multiplicidade de traços de políticas territoriais no mesmo espaço configura denominações flutuantes. A Europa do leste foi definida no século XIX como sinônimo de Europa eslava, em oposição a Europa ocidental. Nas entrelinhas de nacionalistas germânicos, a cultura eslava foi colocada em patamar de inferioridade no âmbito de um certo despotismo oriental. Ao ser incorporado pelo bloco soviético, o Leste Europeu se antepôs ao bloco ocidental, e tornou a cartografia europeia um emaranhado de fluxos. Haja vista a dupla identidade nacional da Alemanha do leste e do oeste, da Berlim oriental e ocidental. Quebrando tal bipolaridade, a Albânia adotou a linha chinesa, e a Iugoslávia de Tito, a Índia de Nehru e o Egito de Nasser lideraram o grupo de países não alinhados

PECO-UE: MOVIMENTOS DE ATRAÇÃO/ASSIMILAÇÃO/ REPULSÃO

Com a dissolução da União Soviética, com a queda do Muro de Berlim, com as revoluções de veludo, negociação complexa trouxe países do antigo Leste Europeu à União Europeia. Bulgária, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, República Tcheca e Romênia configuram importante vetor de integração. Outros permanecem na fila. A rebanalização dos Bálcãs decompôs a Federação Iugoslava. À Eslovênia, já abrigada pela União Europeia, restam Croácia, Bósnia, Sérvia, Montenegro e Macedônia. Problemático o compromisso tácito da União Europeia com Kosovo, de maioria albanesa, a desgosto da Sérvia.

Penetrando nas espessuras dos debates sobre quem é quem, esses países, ciosos de seus mitos identitários, incorporam o fenômeno da alteridade no retorno à Europa. De modo ímpar, abrem-se a movimentos de atração/assimilação/repulsão. A percepção da população, em manifestações várias, é que sucessivas experiências de presença imposta do estrangeiro, autênticos torpedos nas linhas de flutuação da história, sejam página virada na trágica história da região. Emblematicamente, bastaria citar a Polônia, marcada pela *Machtpolitik*, de combustões reiteradas, e de heroica resistência. Seu velho centro foi artesanalmente recuperado, artificializou-se, como se seu tempo fosse reversível, a contradizer a fatalidade histórica. Para reverter a maldição, lado a lado à crença católica, adotou, em alguns de seus ambientes, a presença da famosa bruxa de Varsóvia, exorcizando a desventura com sua vassoura e oferecendo ao turista certidão de autenticidade.

ENCRUZILHADA DE ORIENTE- OCIDENTE

Na encruzilhada de Oriente-Occidente, no multifacetado espelho de interpretações da tumultuada história de vizinhança com germânicos e eslavos, à sombra de Habsburgos, de czares russos, do Império Otomano, e agora do novo reino da republicana União Europeia, é obrigatória a referência a vários mundos, dos mais próximos aos mais distantes: o católico e o ortodoxo; o cristão e o islâmico; o europeu e o asiático; o latino e o bizantino; o sedentário e o nômade; o agrícola e o pastoril; o feudal e o tribal.

É bem complexo delinear o que é destruído e a nova construção no exercício de interpretações. Caído o muro, aberta a Cortina de Ferro, desencadeadas as revoluções de veludo, no descampado mundo de idiosincrasias. O econômico é chamado a europeizar-se, imbricado com o corte nacional do político, do social e do cultural.

Com o fim da União Soviética, Francis Fukuyama (1992) falou do fim da história. Detectou uma forte lógica, por trás da evolução de instituições políticas, na direção da moderna democracia liberal, baseada na correlação entre desenvolvimento econômico e democracia estável. Na esfera política e econômica, a história parece ser progressiva e direcional e, no final do século XX, culminou na democracia liberal, como alternativa viável para sociedades tecnologicamente avançadas. Para os países mais adiantados do mundo, houve, ao longo do tempo, a convergência de instituições políticas e econômicas e não há alternativas óbvias para as instituições políticas e econômicas que vemos diante de nós (Fukuyama, 1992, p. 22).

Samuel P. Huntington deslocou o foco de sua análise da rivalidade das superpotências para o choque de civilizações, na recomposição da ordem mundial. A política mundial estaria sendo reconfigurada, seguindo linhas culturais e civilizacionais. “No mundo pós-Guerra Fria, as distinções mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas, ou econômicas. Elas são culturais... Nesse mundo novo, a política local é a política da etnia, e a política mundial é a política das civilizações. A rivalidade das superpotências é substituída pelo choque das civilizações” (Huntington, s.d., pp.20-1). No período pós-Guerra Fria, para o autor, caberia aos Estados Unidos a iniciativa de preservar a civilização ocidental ante um poderio ocidental em declínio; incorporar à União Europeia e à Otan os países ocidentais da Europa central, ou seja, os países de Visegrad, as repúblicas bálticas, a Eslovênia e a Croácia; estimular a ocidentalização da América Latina; retardar o deslocamento do Japão para longe do Ocidente; aceitar a Rússia como Estado-núcleo da ortodoxia e uma grande potência regional; manter a superioridade tecnológica e militar ocidental; evitar a intervenção ocidental nos assuntos de outras civilizações, a mais perigosa fonte de instabilidade de um possível conflito global no mundo multicivilizacional (Huntington, s.d., p. 397). O autor busca reforço para sua

tese em Václav Havel (1999, p. A27 apud Huntington, s.d., p. 21), que assinalou que os conflitos culturais estão aumentando e são mais perigosos hoje em dia do que em qualquer momento da história. Huntington (s.d., p. 410) conclui seu texto de maneira peremptória: na era que está emergindo, os choques das civilizações são a maior ameaça à paz mundial, e uma ordem internacional baseada nas civilizações é a melhor salvaguarda contra a guerra mundial.

REPROBLEMATIZANDO OS DOIS LADOS

O mundo capitalista-liberal

O capitalismo, em sua gestação, já rachara muralhas feudais. É da natureza da mercadoria se mostrar sedenta de espaço para realizar seu valor. Mal constituídas para realizar seu valor. Mal constituídas as fronteiras nacionais, elas se tornaram porosas, transpostas pela grande empresa colonial mundo afora. O mundo se tornara pequeno para o capital. Ásia, América, Oceania, África foram alvos de império de origem europeia, onde o sol não se punha. É a alvorada da mundialização, em pleno século XVI. No final do século XX, a imponente soleira do portal de entrada do Kremlin foi igualmente transposta pelo capital.

Entrados no século XXI, é o império sem Roma, dirão Michael Hardt e Antonio Negri (2001), em que pesem pretensões de Londres, no século XIX, de Washington e Moscou, no século XX, de se colocarem estavelmente no centro da cartografia mundial.

O capitalismo se mostrou, desde a primeira infância mercantilista, não apenas dominante, mas tendencialmente exclusivo. O empreendimento, de modo tentacular, para o bem ou para o mal, ostenta maior grandiosidade do que as pirâmides do Egito, concluíra Karl Marx no Manifesto do Partido Comunista. Sua reprodução, crescentemente ampliada, embaralha centro



e periferia, de modo assimétrico, é certo. Todavia, o capital tentacular não convive tendencialmente com o atraso estabilizado, com a suposta rígida divisão internacional do trabalho, à medida que nichos desenvolvidos se encontram distribuídos ao norte e ao sul, claro está, em proporções ainda desvantajosas para ex-colônias. Com efeito, as revoluções inglesa, americana e francesa buscaram civilizar as sociedades capitalistas em seus endereços iniciais, com discursos de direitos civis e políticos, formalmente inscritos em suas constituições, embora ostensivamente invalidados pela barbárie nas colônias ou áreas de influência, ou até mesmo nas favelas de sua própria periferia.

O mundo “socialista-estatal”

No século XIX, ecoaram críticas de socialistas e anarquistas à sociedade capitalista, flanco aberto para a Revolução Russa, no século XX, buscar se legitimar, com o discurso da igualdade.

Para Marx (1973, pp. 28-9), em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção. Vladimir Lenin reformulou a tese de Marx. Ao invés de a insurgência contra a ordem capitalista ocorrer onde as posições estruturais de classe estivessem dadas claramente, em polos industrializados, ocorreria no elo mais frágil, que era a Rússia. O custo de tal deslocamento, no seio do marxismo, foi cobrado por Rosa Luxemburgo, com a percepção de que, na Rússia, a ditadura do partido substituiria a ditadura do proletariado. A resposta a ela foi dada com antecedência. Lenin (1978, p. 23), em *O que Fazer*, escrito em 1904, convenceu-se da impossibilidade de as iniciativas revolucionárias se compatibilizarem com espontaneísmo e economicismo. Teriam de se concentrar no pequeno número de intelectualizados revolucionários profissionais, com a ressalva de que a multidão não tomaria parte ativa no movimento, mas



faria surgir revolucionários em número crescente de situações anteriores, os tumultos – forma de revolta dos oprimidos –, e as greves – embrião da luta de classe. Vale dizer, a consciência revolucionária nasceria no partido, não na rua ou na fábrica. O operariado, deixado à própria sorte, não seria capaz senão de reivindicacionismo: a história de todos os países atesta que, pelas próprias forças, a classe operária não pode chegar senão à consciência sindical (Lenin, 1978, p. 214). Marx ficou um pouco aquém, ao nada esperar dos *sans-culottes*, comprometidos na luta pela sobrevivência biológica, mas apostou na vocação universal do proletariado.

Com os desdobramentos da Revolução Russa, confirmaram-se temores de Pierre Joseph Proudhon e Michael Bakunin, para os quais não se poderia conceber o estado como mediador da liberdade. Em carta enviada a Proudhon, Marx lhe propusera discutir o direcionamento do movimento popular na Europa. Proudhon foi peremptório: ou o proletariado se liberta com suas próprias pernas, ou estará sujeito a novo tipo de dominação (Resende & Passetti, 1986, pp. 19-20). Marx escreverá em tempo recorde o livro *Miséria da Filosofia*, no qual o autor de *Filosofia da Miséria* passa da condição de mestre à condição de panfletário. Bakunin contribuirá para o fracasso da I Internacional ao acusar Marx e Engels de socialistas autoritários. Na II Internacional, a questão fora reposta em outros termos pelos “revisionistas” Karl Kautsky, Eduard Bernstein, Giorgi Plekhanov. A revolução por meios pacíficos, dispensando armas, ocorreria pelas urnas. A discordância suscitou a alternativa da III Internacional, que se encarregou de liderar a Revolução Russa. O socialismo em um só país nascerá prenhe de contradições. Contabilizou-se dentre elas o internacionalismo de Trotsky, que o levará à morte, em defesa da IV Internacional. Sua crítica à degenerescência burocrática da Revolução Russa foi no entanto precavida, circunscreveu-a à solução em nível supraestrutural, com mudança da equipe dirigente do partido.

“Aos profissionais do partido, com base em profundo conhecimento científi-

co, a tarefa (de) introduzir no proletariado (literalmente: preencher o proletariado com – sic!) a consciência de sua situação e a consciência de sua Missão” (Kautsky apud Lenin, 1978, p. 31). Não obstante, o debate intelectual sobre a acumulação primitiva socialista longe esteve de ser valorizado. Em 1937, a ala de esquerda do partido bolchevique foi fuzilada, na qual se destacava o grande economista da transição, Eugen Preobrazhenski (1970).

A EMERGÊNCIA DO MUNDO BIPOLAR

A história evita linearidades. Joseph Stalin e Franklin D. Roosevelt, ladeados por Charles de Gaulle e Winston Churchill, tornar-se-ão aliados contra o Eixo, formado por Alemanha, Itália e Japão. A vitória final fez com que Rússia e Estados Unidos revivessem uma espécie de novo Tratado de Tordesilhas, com o Tratado de Yalta. O mundo bipolar terá o vezo de constituir duas áreas de influências, comandadas pelo *soft power*, em seus raros momentos, ou pelo rotineiro *hard power*, no caso de indefinição de consenso *sui generis*, sem opção ou insurgência.

A Europa, em descida da rampa de seu fulgurante passado metropolitano, será recuperada economicamente pelo Plano Marshall dos Estados Unidos. Sob a proteção da Otan, os EUA lhe garantiram a guarda, que persiste até os dias atuais. Na América Latina, contabilizam-se em números elevados os sucessivos intervencionismos estadunidenses e o apoio a regimes autoritários, sem nenhuma exigência da cláusula democrática, exceto no caso de Cuba. A África se esgrimiou em lutas internas, sob a dupla orientação das duas grandes potências.

A Rússia tornou-se União Soviética. Sob seu abrangente plano estratégico, a economia da Europa centro-oriental foi direcionada pelo Comecon, e sua segurança foi definida pelo Tratado de Varsóvia.

Todos os países incorporados na área de influência do Kremlin apresentaram similaridades: economia de Estado; regime de partido único, alinhamento forçado à União Soviética. A ex-Iugoslávia e a Albânia eram as exceções

A COMPLEXA TRANSIÇÃO DO PLANO AO MERCADO

A Europa centro-oriental, indo da fronteira germano-polonesa até os Montes Urais, é caso emblemático de transição. Os fatos que ocasionaram a mudança radical do plano ao mercado, em cada país da Europa centro-oriental, apontam sucessivas quedas, sem privilegiar autorias heroicas de determinado líder, grupo ou instituição. Nas devidas proporções, destacamos protagonismos, rapidamente desaparecidos ou reformulados na cena posterior, caso de Lech Walesa, na Polônia, Václav Havel, na ex-Tchecoslováquia, e Jozsef Antall, na Hungria. Em Visegrad, assumiram o compromisso triangular de integrar plenamente Polônia, Hungria e ex-Tchecoslováquia à ordem europeia. São indelévels as imagens de operários poloneses em greve nos estaleiros de Gdansk; do arame farpado, cortado na fronteira húngara; e das manifestações na praça Wenceslas, de Praga. Não em último lugar, é recorrentemente mencionado o protagonismo da Igreja Católica na Polônia. Os cardeais Wichinski e Wojtyla – papa João Paulo II – contribuíram, em momentos diferentes, para que o domínio de Moscou fosse subvertido por lideranças operárias pró-EUA. Atribui-se a Gorbachev o reconhecimento de que a transformação, da forma como ocorreu, não teria sido possível sem a presença do papa polonês.

Hoje, é recorrente a demanda de presença do Estado na área de educação, saúde, transporte, habitação como antes no antigo regime, e não menos recorrente o repúdio à matriz autoritária anterior. Vale dizer: o capitalismo e a consolidação democrática nesses países se expressam em dicção

própria. Têm ainda significado a adoção de idiomas eslavos, o predomínio da religião cristã em suas versões ortodoxa, católica e da reforma.

A aposta regional era a de que a remoção do joio autoritário daria vez à construção de sociedade democrática, com padrão de desenvolvimento semelhante ao da Europa ocidental. O que não parece ter ficado claro às novas lideranças é que o novo regime, ao abrir-se para o mercado, com reconhecimento de direitos civis e políticos, atenuava compromissos estatais com habitação, educação, saúde e transporte. Observada a conjuntura atual, em perspectiva histórica, encontramos aí pistas para explicar o mal-estar atual que se registra na região.

ATLANTISMO + EUROPEÍSMO COM EUROCRETICISMOS

Ganho material com segurança se coloca para a população como prioridade. Menos enfatizada, a relação com o modelo ocidental de democracia, de desenho liberal. Caberia então o destaque para a equação *primo* atlantismo, *deinde* europeísmo: Otan, como guarda-chuva da segurança; União Europeia, como atrativo econômico, mais do que político.

Com efeito, a agenda internacional da região é sinuosa, indo pendularmente ao encontro dos EUA, com maior frequência, num extremo, e da Rússia, em alguns casos. À União Europeia seria atribuído o pragmático entusiasmo inicial, *punto di mezzo*, em vias de comprometimento com a atual crise econômica mundial. Nessa complexa cartografia regional, há predominâncias, jamais exclusões; tendências majoritárias e minoritárias, uma colcha de retalhos, geopoliticamente costurados.

A União Europeia, ao ampliar seu processo de integração, alterou a vida econômica da região, investindo, financiando, alterando positivamente salários e abrindo fronteiras para a migração intracomunitária, o que tem atenuado problemas de desem-

prego interno, em que pese o aumento de tensões nas relações no atual cenário de contração econômica e de redução do nível de emprego, dificultando o livre trânsito. Os cerca de 50 bilhões de euros, até o momento investidos, longe estão de perfilar a região em nível de igualdade com os demais países da Europa ocidental. O Leste Europeu não vê reproduzido o que ocorreu com Espanha, Portugal, Grécia, nos anos 80, após aderirem à União (Chade, 2009). Só a Espanha recebeu, em vinte anos, 93 bilhões de euros. No pragmático comprometimento com a União Europeia, há brechas entre a velha União Europeia e a nova, acrescidas diante de medidas protecionistas dos países mais desenvolvidos. A França, com empréstimos de 6 bilhões de euros aos fabricantes de automóveis, impõe a condição de as empresas francesas manterem o emprego no país. A advertência de Sarkozy é a de que a medida não visa a beneficiar a produção de filiais na República Tcheca, Eslováquia e Romênia, onde a Peugeot-Citroën e a Renault têm plantas de montagem. Suécia toma medidas similares. O premiê britânico Gordon Brown fez apelo aos trabalhadores britânicos para ficarem com os trabalhos britânicos, paralelamente à recente greve contra trabalhadores estrangeiros. A Espanha lançou mão do lema “compre espanhol”, emitido pelo ministro da indústria. Ao contrário, a Itália, com a Fiat operando na Polônia, e a Alemanha, com produção na Eslováquia, República Tcheca, Hungria e Polônia, não condicionaram seus incentivos. Em tal contexto, os governos do Leste não economizaram protestos, tendo à frente o premiê Mirek Topolánek, que fez menção à xenofobia. O primeiro-ministro húngaro, Ferenc Gyurcsány, divisa a ameaça de instalação de nova Cortina de Ferro entre leste e oeste (*O Estado de S. Paulo*, 2/3/09, p. B3).

Com a fuga do capital externo, a começar pelas grandes economias da região, como Polônia e República Tcheca, que ainda não adotaram a moeda única, sérios problemas de câmbio desnorteiam os planejadores de suas economias. Os países com maior necessidade de financiamento externo, como

Ucrânia, Hungria e Estados Bálticos, levam a Europa do Leste a uma crise de grandes proporções, e com a sensação de que seus governos pouco podem esperar da velha União Europeia, e a percepção de que o FMI não demonstra ter recursos à altura para resgate dessas dimensões.

Não obstante, passo à frente para reavivar o compromisso regional com o europeísmo foi a aprovação pelo Senado da República Tcheca em maio de 2009 do Tratado de Lisboa, em que pese o fato de o presidente do país, Vaclav Klaus, ser crítico das reformas propostas pelo tratado. Seu temor, expresso antes de sancionar a decisão do Senado, é o de que o Tratado de Lisboa dê maior agilidade e poder executivo ao processo decisório da União Europeia, concentrando poderes na burocracia de Bruxelas. O premiê tcheco Mirek Topolánek, oportunamente, visando à sanção presidencial, reforçou a decisão do Parlamento.

PREDOMINÂNCIA DO ATLANTISMO

O alinhamento automático com os EUA vem junto com o euroceticismo. A política estadunidense no Iraque encontrou apoio em governos do Leste Europeu, em contraste com governos da Europa ocidental, majoritariamente reticentes ou contrários à política do governo Bush. Em torno da guerra do Iraque, Jacques Chirac, presidente da França, teve o ímpeto de mandar calar os novos sócios da Europa centro-oriental. O polêmico projeto de escudos antimísseis e radares em território polonês e tcheco não suscitou avaliação positiva de países da velha União Europeia, temerosos do abandono, pelo governo Bush, do tratado que impedia uso de sistemas antimísseis balísticos. Abrir-se-ia caminho para não desejado confronto com a Rússia, fonte importante do consumo de gás no continente.

Os EUA querem chegar até onde a Rússia não admite. Em maio do presente ano,

a Otan programou exercícios na Geórgia, apesar das advertências de Moscou. O presidente georgiano Mikhail Saakashvili e o premiê russo Vladimir Putin têm ampliado divergências que culminaram na guerra de agosto de 2008, vencida pela Rússia. As tensões entre Washington e Moscou, na ocasião, foram as mais agudas desde o fim da Guerra Fria. A intervenção russa, em apoio ao território separatista da Ossétia do Sul, foi tida pelos EUA como desproporcional, tornando o Cáucaso fonte de atenção para a diplomacia estadunidense. Do lado russo, a percepção da Geórgia é de província desgarrada. A Geórgia, ao lado da Ucrânia e do Uzbequistão, na lógica dos acordos que dissolveram a URSS em 1991, leva o presidente Dimitri Medvedev (*Financial Times* apud *Folha de S. Paulo*, 12/4/09, p. A19) a afirmar que a Rússia tem interesses privilegiados em certas regiões, incluindo o rígido controle sobre acordos militares com potências externas. O chanceler Serguei Lavrov esclareceu que tal esfera de influência não foi afirmada à moda do século XIX, ou como megaestado, como no século XX. Essa parceria privilegiada, para além da Ásia central, serve de advertência diante da suspeita de que os Estados Unidos da América patrocinaram revoluções na Ucrânia e na Geórgia.

NACIONALISMOS, SEPARATISMOS, INDEFINIÇÕES

Desconstrução do federalismo forçado em determinada conjuntura de guerra, caso da Iugoslávia de Tito; dupla inclinação pró-Rússia e EUA de países politicamente divididos, caso da Geórgia e da Ucrânia; saudosismo da velha guarda stalinista, espalhada por uma minoria sem fronteira. São rápidas referências, por revelar traços marcantes da crise atual, que tornam problemática a construção de cenários futuros plausíveis. Na Hungria, Viktor Orbán, ativista húngaro, em 1989 abriga a ideia obsessiva de um Estado anticomu-

nista. A Romênia, país da União Europeia, oferece nesse ano via rápida de cidadania a um milhão de moldávios. O presidente romeno Traian Basescu alega que seu país não pode permanecer indiferente com a Cortina de Ferro em sua fronteira leste. Parte do território do que hoje é a Moldávia era território da Romênia, de 1918 a 1940, anexado à URSS por Josef Stalin em 1940. A reeleição pelo partido comunista do presidente moldávio Vladimir Voronin tende a exacerbar o conflito, tendo levado à expulsão do embaixador romeno, enquanto opositoristas pedem o estreitamento de relações ou até união com a Romênia, o que conta com não velada simpatia da União Europeia e dos Estados Unidos. Voronin tenta estabilizar-se no poder com postura ambígua pró-Europa, no que não conta com o apoio do autoproclamado presidente, Igor Smirnov, da Transdniestra, província rebelde, de fala russa.

Croácia e Albânia tornaram-se oficialmente os mais novos membros da Otan neste ano. As adesões encerram processo de expansão que não tem previsão de continuidade com Ucrânia e Geórgia, o que bateria de frente com Moscou.

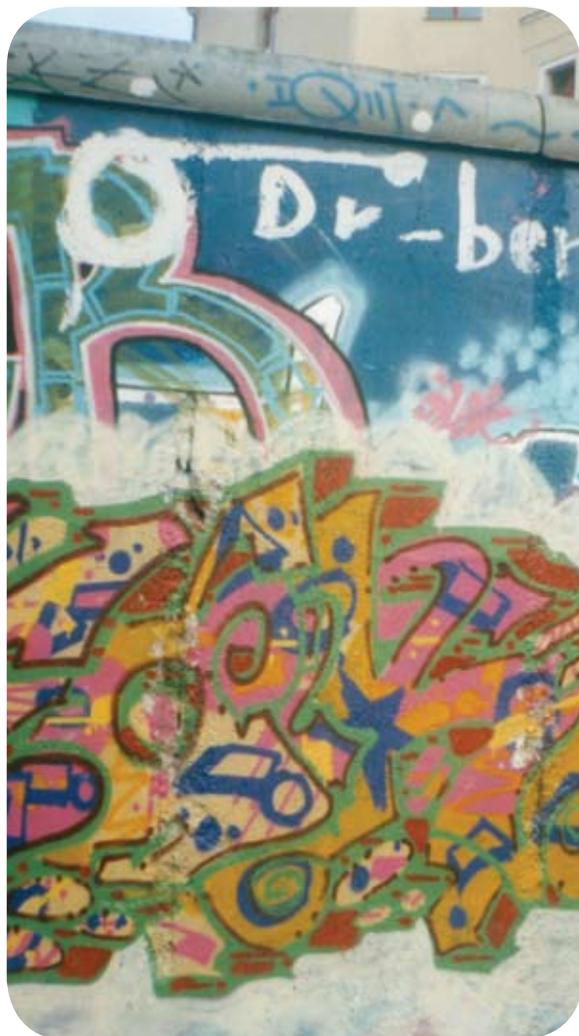
Há indefinição de bases de apoio entre países da União Europeia e Estados Unidos da América e Rússia nos casos de Ucrânia e Kosovo. Na Ucrânia, persistem embates de lideranças pró-Occidente, de Viktor Yushchenko, e Viktor Yanukovich, pró-Rússia. Na causa de independência de Kosovo, misturam-se cartas de apoio, de omissão ou de oposição, estas, a partir da eventual repercussão nos reclamos, de menor intensidade, de bascos e catalães na Espanha; flamengos e valões na Bélgica; chechenos na Rússia.

Há encruzilhadas no reencontro em curso da região com a Europa Ocidental. A União Europeia incorporou países da região com a exigência do trilema democracia pluralista, estabilidade política e economia de mercado. Mas, se há convergência econômica, com parâmetros fixados pela União Europeia, na lógica geoestratégica, o atlantismo ocupa lugar de destaque na agenda sub-regional. O comprometimento

com a política estadunidense na invasão do Iraque dá veracidade à suspeita de infringir o direito internacional, com cessão de território para operações secretas de aprisionamento de agentes tidos como terroristas. A projetada instalação pelo governo de George W. Bush de interceptores de mísseis em território polonês e radar na República Tcheca desestabilizou as relações EUA-Rússia no governo Bush, interpretada do lado russo como denúncia de acordos de desarmamento da década de 1990, quando a Rússia retirou armas a leste dos Urais, fora da Rússia europeia. Pouco importa que 95% da população de três vilarejos da República Tcheca, próximos de onde os EUA planejam instalar parte de seu sistema de antimísseis, tenha rejeitado em referendos a proposta (*Folha de S. Paulo*, 4/6/2007). Se a psico-

logia coletiva fosse aventada, poder-se-ia dizer que o adesismo ao atlantismo vem do medo de ancestrais sujeições, ao mesmo tempo em que se calcula a margem de risco de se tornar alvo do desagrado russo. Sujeito a reavaliação no governo Obama, o cenário é de supremacia estadunidense *versus* sensibilidade do Kremlin diante da crescente presença do rival em região anteriormente sob seu controle. A Ucrânia, situada entre a Rússia e o bloco europeu, no mapa e na política, é a principal aliada estadunidense no Cáucaso, com tropas no Iraque e oleoduto em construção para levar petróleo da Bacia do Cáspio aos mercados ocidentais. Mas longe de ser farol da democracia, reitera a corrupção na região. O governo do presidente Mikkhail Saakashvili é acusado de autoritarismo e centralismo, na busca de controle de Abkhazia e Ossétia do Sul, cujos movimentos separatistas, na versão governamental, seriam estimulados pela Rússia. Atrás dos bastidores, a União Europeia, em duplo jogo, não prescinde da Otan, tampouco prescinde do petróleo e do gás da estatal russa Gasпром, presente em 16 dos 27 países da União Europeia para venda de energia diretamente a consumidores de países como Alemanha, França, e Itália. No rescaldo, a Rússia costura acordos bilaterais, como se fora a Otan da energia, caso do acordo com a Alemanha sobre oleoduto báltico, sem cruzar a Polônia, e eventuais acordos com a Eslováquia, Hungria e Bulgária, conotando ameaça de retaliação contra a República Tcheca. A Polônia, por seu turno, lidera esforços para construir laços com produtores de energia da Bacia do Cáspio.

Mônica Leite, 1996



INTEGRAÇÃO OU INCORPORAÇÃO

Diante da sobreposição contrastante de dois modelos de sociedade, o atual processo de integração tem as seguintes alternativas: a) mão única dos tentáculos do mercado, em contexto de relativa euforia consumista,

com a ocidentalização hierarquizada do Leste, em troca de maior faixa de conforto; b) ponte de mão dupla, em cenário de institucionalidade federativa ou pelo menos confederativa. Nesse caso, a nova cartografia geopolítica poderá então registrar fluxos de integração criativa, em benefício não apenas de direitos civis e políticos, mas de efetivação de direitos socioeconômicos, que têm estado desacoplados nestes primeiros anos de retorno à Europa.

Cabe vislumbrar a integração com fluxos de múltiplas nascentes, e de arraigadas tradições, na complexa trama de europeísmo, regionalismo, atlantismo e de não desprezíveis traumas de antigas sujeições.

O projeto de adensar a dimensão oriental da União Europeia, apresentado em maio de 2008 ao Conselho da UE por Radoslaw Sikorski e Carl Bildt, ministros de Relações Exteriores da Polônia e da Suécia, buscou se colocar ao lado do Processo de Barcelona – a União pelo Mediterrâneo – como contrapartida para fortalecer o Leste Europeu no âmbito da política de vizinhança da UE. Em maio de 2009, a União Europeia lançou em Praga a parceria oriental para se aproximar das seis antigas repúblicas soviéticas – Ucrânia, Moldávia, Azerbaijão, Armênia, Bielorrússia e Geórgia –, completando o arco de incorporações e que tanta divergência suscita de parte do governo de Moscou.

SOLIDARIEDADE POSTERGADA

Passados vinte anos da queda do Muro de Berlim, em sentido geopolítico mais amplo, para além da Alemanha de Otto Bismarck, restam escombros não removidos na divisória do que eram dois mundos e que se avolumam na atual conjuntura. A Europa assimétrica desde muito, agora em crise, reservou o andar de baixo da União Europeia para a Europa centro-oriental, como nos anos 90 assim procedera com os Pigs (Portugal, Itália, Grécia e Espanha).

As solidariedades proclamadas pelos pais fundadores da União em 9 de março

de 1950, no atual momento, não parecem nortear as relações no continente europeu. Portugal, Itália, Grécia e Espanha, países do sul da Europa, sujeitaram-se, nos anos 90, ao acróstico Pigs, de ressonância negativa. Com a crise, os países do Leste (Peco) parecem enfrentar igual avaliação em meio a mobilizações que somam grave crise política à crise econômica. Mas a Europa centro-oriental é quinhão da Europa, sempre foi, e continua (in) tensamente sendo, mesmo com a persistente veneração de seus heróis nacionais. É mais do que uma opção, quase um destino.

Diante de entulhos da queda do muro e do fim da Guerra Fria, duas conclusões parecem ir além das premissas.

Contrariando a tese do choque de civilizações de Huntington, o leque das diferenças culturais está à disposição do consumidor mundial. A mundialização coloca a *Rest in the West* e o *West in the Rest*. O Ocidente se defronta com seu outro cultural em seu próprio território (Pierucci, 1999, p. 170).

Problemática também a tese de Fukuyama, formulada logo após a diluição da União Soviética e abrandada em textos posteriores. Os entulhos estão em ambos os lados do “muro”. O planeta Terra é um só, *eppur si muove*. Afirmamos que o capitalismo tem história, como a fracassada experiência socialista russa teve a sua. Na construção de cenários futuros, sempre falta material para a conclusão, sujeita a múltiplas determinações, a maioria das quais ainda não dadas. Os construtores de cenários de futuro têm o hábito de devanear ideologicamente, mesmo quando munidos de sofisticadas estatísticas de projeção.

Portanto, não poderá o capitalismo ser afirmado como imune a desgastes de crises conjunturais e estruturais. A atual crise coloca novas questões, novos desafios à assimétrica economia capitalista do planeta, após tê-la incorporado dinamicamente em seus rincões mais distantes. As sociedades capitalistas se redefinem aqui e acolá até nos postulados de propriedade privada, com ou sem compromisso social. A dinâmica do livre mercado convive com ou sem prote-

cionismos. O Estado representativo tem a configuração de Estado mínimo, guardanoturno, ou se mostra dinâmico gestor diurno da vida econômica, social e cultural. Na transição do plano ao mercado na região, a experiência anterior está longe de poder ser ignorada. A dispensa de iniciativas estatais na área da educação, do transporte, da saúde, da habitação não se legitima automaticamente. O ganho de liberdades civis e políticas não desonera governos de respeito aos direitos socioeconômicos conquistados no regime anterior. A instabilidade política e o euroceticismo na região têm aí sua mais convincente explicação. Num cenário efervescente e competitivo, a sensação é de que, à experiência anterior de despotismo do Estado, advém a ameaça atual de tirania do mercado.

Em discurso dirigido ao Parlamento europeu em 8/3/1994, Václav Havel, então presidente da República Tcheca, almejou carta de identidade europeia, aprovada em 28 de outubro de 1995 em Congresso da União, realizado em Luebeck. A Europa

foi definida como comunidade de destino, comunidade de valores, de humanitarismo, de fraternidade, de responsabilidade. Transgrediu-os, seguidamente, sob o manto de nacionalismo, imperialismo e totalitarismo. Com menos retórica, caberia falar, como outro grande intelectual da Europa central, o sociólogo polonês Zigmunt Bauman (s.d., p. 10), “da Europa como lugar de aventura, que deixou denso e pesado depósito de orgulho e vergonha, realização e culpa [...] sonhos e ambições, coagulando em estereótipos, para que estes se congelassem em essências, e para que estas se ossificassem em verdades tão duras quanto se presume que sejam todas as verdades”.

Questão em aberto, a durabilidade da sociedade capitalista no tempo. Pierre Renouvin (1965) nos convida a nos defrontar com as forças profundas que movem a história mundial, o que conduzirá seu discípulo Jean-Baptiste Duroselle (1981) à conclusão de que todo império perecerá, com Roma ou sem Roma.

BIBLIOGRAFIA

- BUAMAN, Zigmunt. *Europa*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, s.d.
- CHADE, Jamil. *O Estado de S. Paulo*, 11/4/2009.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tout Empire Périra – Une Vision Théorique des Relations Internationales*. Paris, Sorbonne, 1981.
- FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.
- HARDT, Michel e NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2001.
- HAVEL, Václav. “The New Measure of Man”, in *New York Times*, 8/7/94, p. A27.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro, Objetiva, s.d.
- KUNDERA, Milan. “Un Occident Kidnappé”, in *Débat*, 27, s.d., pp. 3-22.
- LENIN, Vladimir Ilich. *O que Fazer*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- MACKINDER, Harold. *Democratic Ideals and Reality*. Londres, 1919.
- MARX, Karl. *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. 3ª ed. Lisboa, Estampa, 1973.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da Diferença*. São Paulo, Ed. 34, 1999.
- PREOBRAZHENSKI, Eugen. *La Nueva Economía*. Caracas-Barcelona, Ariel, 1970.
- RENOUVIN, Pierre. *Histoire des Relations Internationales*. Paris, Hachette, 1965.
- RESENDE, P.E. A. e PASSETTI, E. (orgs.). *Proudhon*. São Paulo, Ática, 1986.